

TEORIA DA PRÁTICA: UMA FERRAMENTA ARROJADA DE PIERRE BOURDIEU PARA ANÁLISES “EXTROVERTIDAS” DO PODER ESTATAL

THEORY OF PRACTICE: A BOLD TOOL BY PIERRE
BOURDIEU FOR “EXTROVERTED” ANALYSES OF STATE
POWER

**Bento Rupia Júnior
&
Hortensio Eliseu Sueia**

RESUMO: Este estudo centra-se na Teoria da Prática de Pierre Bourdieu, explorando suas potencialidades analíticas e conceituais para compreender o Estado. A metodologia assenta na análise crítica de textos clássicos e contemporâneos, aplicando os conceitos de habitus, campo e capital. A investigação evidencia como tais categorias explicam dinâmicas sociais em educação, política, cultura, migração e religião, oferecendo uma visão aprofundada do poder estatal e das práticas sociais. Conclui-se que a Teoria da Prática mantém relevância epistemológica, constituindo uma ferramenta heurística eficaz para estudos interdisciplinares.

PALAVRAS-CHAVE: habitus; campo; capital; Estado; poder.

ABSTRACT: This study focuses on Pierre Bourdieu’s Theory of Practice, exploring its analytical and conceptual potential to understand the State. The methodology is based on a critical review of classical and contemporary texts, applying the concepts of habitus, field, and capital. The research demonstrates how these categories explain social dynamics in education, politics, culture, migration, and religion, offering a deep insight into state power and social practices. It is concluded that the Theory of Practice remains epistemologically relevant, constituting an effective heuristic tool for interdisciplinary studies.

Editor

[Bernardino Cordeiro Feliciano](#)

KEYWORDS: habitus; field; capital; State; power.

TEORIA DA PRÁTICA: UMA FERRAMENTA ARROJADA DE PIERRE BOURDIEU PARA ANÁLISES “EXTROVERTIDAS” DO PODER ESTATAL

Bento Rupia Júnior¹

Hortensio Eliseu Sueia²

Introdução

A Teoria da Prática, formulada por Pierre Bourdieu, afirma-se como uma das construções teóricas mais densas e sistemáticas da sociologia contemporânea, ao propor uma superação rigorosa das clivagens clássicas entre objetivismo e subjetivismo, estrutura e agência. Ao articular disposições incorporadas, posições estruturais e relações de poder, Bourdieu oferece um quadro analítico capaz de apreender as lógicas profundas que orientam as práticas sociais, evidenciando a sua inscrição simultânea em estruturas objetivas e em esquemas duráveis de percepção e ação. Neste sentido, a Teoria da Prática constitui um dispositivo conceptual particularmente fecundo para a análise das dinâmicas sociais em contextos históricos e institucionais diferenciados. O presente artigo tem como objectivo analisar as potencialidades heurísticas e as funcionalidades analíticas da Teoria da Prática, demonstrando de que modo os conceitos estruturantes de habitus, campo e capital possibilitam leituras densas, relacionais e inovadoras da realidade social. A abordagem metodológica assenta numa revisão crítica e sistemática da literatura clássica e contemporânea, mobilizando contributos de autores como Loïc Wacquant, Nick Crossley e Michael Grenfell, cujas leituras aprofundam, refinam e operacionalizam o legado bourdieusiano em distintos domínios empíricos e analíticos.

¹ Doutor e Mestre em Educação, Graduado em Sociologia, Professor Associado e investigador do Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos da Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Pedagógica de Maputo. E-mail: rupiabento.bjn@gmail.com

² Mestre em Sociologia, Graduado em Sociologia, Assistente e investigador do Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos da Faculdade de Ciências e Filosofia da Universidade Pedagógica de Maputo. E-mail: eliseusueia1@gmail.com

A escolha da Teoria da Prática como eixo central desta reflexão fundamenta-se em razões de ordem científica e epistemológica, associadas à relevância e à influência duradoura do pensamento de Pierre Bourdieu no campo das ciências sociais. Enquanto um dos sociólogos mais lidos e debatidos do século XX, Bourdieu construiu um edifício teórico coerente e cumulativo, dotado de uma capacidade singular para analisar a reprodução e a transformação das relações sociais de poder. A sua proposta distingue-se por integrar uma perspectiva relacional e dinâmica, recusando leituras unilaterais e estáticas da ação social, ao mesmo tempo que evidencia as interdependências entre estruturas sociais objetivadas e disposições subjetivas incorporadas. Em síntese, este artigo propõe-se demonstrar que a Teoria da Prática de Pierre Bourdieu constitui uma ferramenta analítica indispensável para análises sociológicas rigorosas e “extrovertidas” da realidade social. Ao permitir uma compreensão integrada das práticas, dos campos e das relações de poder que os estruturam, esta abordagem revela-se particularmente adequada para a investigação sociológica contemporânea, afirmando-se como uma proposta teórica robusta, crítica e inovadora na interpretação das complexidades da vida social.

Contextualização Histórica e Intelectual de Pierre Bourdieu

Pierre Bourdieu nasceu em 1930 e morreu em 2002. Ele celebrizou-se no campo da sociologia contemporânea e que contribuiu de forma muito particular para o crescimento desse campo do conhecimento do social. Com formação inicial em Filosofia obtida na *École Normale Supérieure* francesa foi fortemente influenciado por antropólogos como Claude Lévi-Strauss ou até mesmo Marcel Mauss, viria a desencadear uma abordagem sociológica que se caracterizou por sua tentativa de superar as dicotomias clássicas entre estrutura e agência, objetividade e subjetividade. Seu trabalho ficou plasmado pela sua preocupação incansável em desvendar as estruturas inexplicitas que enformam a vida social, sem descurar o papel dos agentes na produção e reprodução dessas mesmas estruturas. Após um período de pesquisa de campo na Argélia onde viveu, Bourdieu publicou na década de 1960 o livro *Esquisse d'une théorie de la pratique* (1972), obra na qual começou a delinear os conceitos que viriam a constituir a base de sua Teoria da Prática. Em *La Distinction* (1979), Bourdieu explora como as práticas culturais são estruturadas por lutas simbólicas e distinções sociais, consolidando sua posição como um crítico das formas de poder simbólico que permeiam todas as esferas da sociedade. As suas investigações sobre educação, cultura, e poder

tornaram-se fundamentais para a sociologia moderna, oferecendo novas maneiras de pensar a dinâmica social.

Sobre a Relação entre Objectividade e Subjectividade

Um dos contributos teóricos mais sofisticados de Pierre Bourdieu reside na sua capacidade de articular, de forma não dicotómica, a objectividade das estruturas sociais e a subjectividade das práticas individuais. Esta articulação funda-se numa lógica relacional que recusa tanto o determinismo estrutural quanto o voluntarismo subjectivista, propondo uma leitura dialéctica da acção social. Como sustenta o próprio autor, “as práticas são o produto da relação dialéctica entre uma situação e um habitus, entendido como sistema de disposições duráveis e transponíveis” (Bourdieu, 1990, p. 52), o que implica reconhecer que as disposições dos agentes são socialmente produzidas, historicamente situadas e estruturalmente condicionadas. Nesta perspectiva, o habitus constitui-se como o princípio mediador entre as estruturas objectivas dos campos e as práticas concretas dos agentes, assegurando a inteligibilidade das regularidades sociais sem recorrer a explicações mecanicistas. Bourdieu explicita esta relação ao afirmar que:

As estruturas que são constitutivas de um tipo particular de meio produzem habitus, sistemas de disposições duráveis, susceptíveis de funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações (Bourdieu, 1977, p. 72).

Deste modo, as práticas sociais não emergem de decisões plenamente conscientes nem de constrangimentos externos absolutos, mas de um ajustamento prático entre disposições incorporadas e condições objectivas. Ao mesmo tempo, essas práticas contribuem para a reprodução ou transformação das estruturas que as tornaram possíveis, instaurando um movimento recursivo e historicamente situado entre agente e estrutura. A conformidade dinâmica entre objectividade e subjectividade é, assim, um eixo central da Teoria da Prática. O habitus interioriza as estruturas objectivas do campo, enquanto as acções dos agentes tendem a reproduzir, legitimar ou, em determinadas condições, subverter essas mesmas estruturas. Como observa Bourdieu, “a história objectivada nas instituições e a história incorporada nos corpos articulam-se continuamente na produção das práticas” (Bourdieu, 1990, p. 56). Esta abordagem permite compreender a acção social como processo relacional e

contingente, no qual a subjectividade individual se encontra indissociavelmente ligada às condições estruturais da sua produção. A Teoria da Prática revela-se, deste modo, particularmente fecunda para a análise de fenómenos sociais complexos, ao desvendar as interações subtis e frequentemente invisíveis entre cultura, poder e prática. Ao ultrapassar explicações simplistas e reducionistas, esta perspectiva fornece à sociologia contemporânea um quadro analítico robusto para a compreensão das lógicas sociais que estruturam as relações de dominação e as possibilidades de transformação.

A Centralidade Conceptual de Habitus, Campo e Capital

A Teoria da Prática de Pierre Bourdieu estrutura-se em torno de uma tríade conceptual indissociável - habitus, campo e capital - cuja articulação relacional constitui o núcleo explicativo das práticas sociais. Estes conceitos não devem ser entendidos como categorias autónomas ou meramente descritivas, mas como instrumentos analíticos que apenas adquirem pleno significado quando mobilizados em conjunto. O próprio Bourdieu advertiu, de forma reiterada, para o risco epistemológico de uma utilização isolada destas noções, sublinhando que “pensar em termos de habitus sem campo, ou de campo sem capital, equivale a esvaziar a teoria da sua coerência interna” (Bourdieu, 1992, p. 97). O conceito de habitus ocupa um lugar central enquanto princípio gerador e organizador das práticas. Trata-se de um sistema de disposições incorporadas, historicamente constituídas, que orienta a acção dos agentes sem recorrer a cálculos conscientes ou a regras explicitamente formuladas. Bourdieu define o habitus de forma particularmente elucidativa ao afirmar que:

Os habitus são sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objectivamente adaptadas aos seus fins sem pressupor a intenção consciente dos fins nem o domínio expresso das operações necessárias para os atingir (Bourdieu, 1977, p. 72).

Esta definição evidencia que o habitus não constitui um determinismo rígido, mas antes um princípio de orientação prática que resulta da interiorização das condições sociais objectivas. Ao mesmo tempo, permite compreender a regularidade das práticas sociais como produto de disposições partilhadas, sem reduzir a acção a um simples reflexo das estruturas.

O conceito de campo complementa esta abordagem ao situar as práticas num espaço social estruturado de posições e de relações de força. Cada campo - científico, educativo, artístico, político ou religioso - apresenta uma lógica específica, regras próprias de funcionamento e formas particulares de capital que são reconhecidas como legítimas. Bourdieu descreve o campo como:

Um espaço estruturado de posições objectivas, definido pela distribuição específica do capital que aí é eficaz, no seio do qual os agentes e as instituições se confrontam em lutas destinadas a conservar ou a transformar a estrutura dessas relações de força (Bourdieu, 1984, p. 222).

Deste modo, o campo não é apenas um contexto neutro de acção, mas um espaço de disputas simbólicas e materiais, onde os agentes, dotados de *habitus* diferenciados, procuram maximizar as suas posições relativas. A estrutura do campo condiciona as possibilidades de acção, ao mesmo tempo que é continuamente reproduzida ou transformada pelas práticas dos agentes que nele intervêm. A noção de capital, por sua vez, constitui o elemento que permite compreender a distribuição desigual de poder no interior dos campos. Bourdieu alarga o conceito clássico de capital para além da sua dimensão económica, integrando formas como o capital cultural, social e simbólico, fundamentais para a análise das hierarquias sociais. Esta ampliação conceptual é sintetizada pelo autor quando afirma:

O capital apresenta-se sob diferentes espécies - económica, cultural, social e simbólica - e a sua distribuição desigual no interior dos campos é o princípio fundamental das diferenças de poder e das probabilidades objectivas de sucesso dos agentes nas diversas lutas sociais (Bourdieu, 1986, p. 241).

O capital cultural manifesta-se sob a forma de disposições incorporadas, bens objectivados e títulos institucionalizados; o capital social refere-se ao conjunto de recursos actuais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações; e o capital simbólico corresponde ao reconhecimento legítimo dessas diferentes espécies de capital, conferindo prestígio e autoridade social. A articulação entre *habitus*, campo e capital permite, assim, uma leitura relacional, dinâmica e historicamente situada das práticas sociais. Esta arquitectura conceptual revela os mecanismos subtis através dos quais as desigualdades se reproduzem, ao mesmo tempo que evidencia as condições sociais sob as quais se tornam possíveis processos

de transformação. É precisamente nesta capacidade de apreender a complexidade das relações sociais que reside a força explicativa e a actualidade da Teoria da Prática de Pierre Bourdieu.

Evolução, usos e riquezas heurísticas da Teoria da Prática

A Teoria da Prática de Pierre Bourdieu conheceu, ao longo das últimas décadas, um processo contínuo de desenvolvimento, aprofundamento e reapropriação crítica por diversos autores, consolidando-se como um dos quadros analíticos mais fecundos da sociologia contemporânea. Longe de constituir um sistema fechado, este arcabouço teórico revelou uma notável capacidade de expansão heurística, permitindo leituras densas e multifacetadas das transformações sociais em contextos históricos e institucionais diferenciados. A sua vitalidade teórica decorre, em grande medida, da plasticidade conceptual com que articula *habitus*, *campo* e *capital*, bem como da abertura reflexiva que caracteriza o projecto intelectual bourdieusiano. Na década de 1990, Loïc Wacquant desempenhou um papel central na sistematização, disseminação e renovação crítica da Teoria da Prática, em estreita colaboração com Bourdieu. A obra *An Invitation to Reflexive Sociology* constitui um marco fundamental neste percurso, sendo frequentemente interpretada como um verdadeiro “discurso do método” da sociologia bourdieusiana. Nela, os autores explicitam os fundamentos epistemológicos da sociologia reflexiva, sublinhando a necessidade de objectivar as condições sociais da própria produção do conhecimento científico. Como afirmam de forma inequívoca:

A sociologia reflexiva visa não apenas analisar o mundo social, mas também elucidar as condições sociais de possibilidade da produção do discurso sociológico, incluindo as posições ocupadas pelos próprios sociólogos nos campos académicos e científicos (Bourdieu & Wacquant, 1992, p. 36).

A obra propõe um percurso teórico-metodológico que conduz a uma praxiologia social rigorosa, articulando epistemologia, teoria social e investigação empírica. Na sua ampliação contemporânea da Teoria da Prática, Wacquant aprofunda esta orientação ao conjugar etnografia densa, análise comparativa e teoria social crítica, com o objectivo de apreender aquilo que designa como a “carnalidade da existência social”. Nesse sentido, o autor sublinha que o seu projecto intelectual procura:

Mesclar epistemologia, etnografia, teoria social e comparação para captar a estrutura, a dinâmica e a experiência vivida da marginalidade urbana, a construção do Estado penal, a ascensão do neoliberalismo, a especificidade da dominação etnorracial e a condição social do precariado contemporâneo (Wacquant, 2022; 2023; 2024).

Outro contributo relevante para a evolução da Teoria da Prática encontra-se na obra de Nick Crossley, particularmente em *The Social Body: Habit, Identity and Desire*. Ao dialogar criticamente com Bourdieu, Crossley integra a noção de habitus com a teoria das redes sociais, reforçando a dimensão relacional da acção. Para o autor, as práticas não apenas resultam de disposições incorporadas, mas são continuamente moldadas pelas interacções sociais estruturadas em redes. Como sustenta:

As práticas sociais encontram-se sempre enredadas em redes de relações sociais que simultaneamente moldam e são moldadas pelo habitus dos agentes, produzindo padrões relativamente estáveis de acção e de significado (Crossley, 2001, p. 87).

No domínio da sociologia política, David Swartz oferece uma leitura aprofundada da dimensão política da Teoria da Prática, evidenciando a centralidade do poder simbólico na reprodução das relações de dominação. Em *Symbolic Power, Politics, and Intellectuals*, o autor demonstra como Bourdieu constrói uma crítica incisiva das formas subtis de poder que operam através do reconhecimento, da legitimidade e da naturalização das hierarquias sociais. Nesse sentido, Swartz afirma que:

A dominação simbólica é exercida quotidianamente através de práticas aparentemente banais, que contribuem para a reprodução da ordem social ao tornarem invisíveis as relações de poder que as sustentam (Swartz, 2013, p. 52).

Michael Grenfell, por sua vez, sistematiza os principais conceitos da Teoria da Prática, destacando a sua aplicabilidade empírica, sobretudo no campo da educação. Em *Pierre Bourdieu: Key Concepts*, o autor demonstra como o instrumental conceptual bourdieusiano permite compreender os mecanismos de reprodução das desigualdades escolares e as relações de poder inscritas nas instituições educativas. Como sublinha Grenfell:

A pedagogia inspirada em Bourdieu fornece ferramentas analíticas indispensáveis para compreender de que modo o sistema educativo contribui para a reprodução das desigualdades sociais, legitimando determinados capitais culturais em detrimento de outros (Grenfell, 2007, p. 45).

De um ponto de vista heurístico mais amplo, a Teoria da Prática revela-se particularmente eficaz na análise das dinâmicas sociais que estruturam a acção humana. Ao articular disposições incorporadas, estruturas objectivas e recursos desigualmente distribuídos, esta abordagem permite apreender as interdependências subtis entre subjectividade e objectividade, bem como os mecanismos de acumulação, conversão e legitimação do capital. Trata-se de uma lente analítica capaz de revelar as lógicas invisíveis que orientam as práticas e sustentam as relações de poder. No campo da educação, Bourdieu e Passeron demonstram, em *La Reproduction*, que o sistema escolar tende a consagrar o capital cultural das classes dominantes, transformando-o em critério aparentemente neutro de mérito. Como afirmam os autores:

O sistema de ensino contribui para a reprodução da estrutura das relações de classe ao sancionar, sob a aparência da neutralidade escolar, as desigualdades culturais herdadas, transformando privilégios sociais em méritos individuais (Bourdieu & Passeron, 1970, p. 56).

Na esfera cultural, *La Distinction* evidencia como os gostos, as preferências estéticas e os estilos de vida funcionam como marcadores de diferenciação social, através dos quais se afirmam hierarquias simbólicas. O capital cultural opera, assim, como um princípio de exclusão e de legitimação das elites sociais (Bourdieu, 1979). Nos estudos migratórios, a Teoria da Prática permite analisar os processos de adaptação e integração dos migrantes enquanto trajetórias marcadas pela conversão de capitais. Como sublinha Erel, o sucesso da inserção social depende largamente da capacidade de mobilizar capital social e cultural em contextos institucionais distintos (Erel, 2010, p. 650). No campo religioso, Bourdieu demonstra que o capital religioso - entendido como um conjunto de saberes, competências e legitimidades simbólicas - é objecto de disputa entre agentes que procuram monopolizar a autoridade espiritual. Estas lutas internas revelam, uma vez mais, a centralidade do poder simbólico na estruturação dos campos sociais (Bourdieu, 1987, p. 126).

Em síntese, a Teoria da Prática oferece uma compreensão integrada e profundamente relacional do poder, concebido como uma verdadeira “alquimia social”, na qual diferentes formas de capital se transformam e se reforçam mutuamente. Ao demonstrar que o poder não reside apenas nos recursos materiais, mas também nos significados, no reconhecimento e na legitimidade social, Bourdieu fornece à sociologia contemporânea um quadro analítico robusto para interpretar uma realidade social em permanente mutação, marcada por dinâmicas cada vez mais complexas e “extrovertidas”.

Sobre a Relação entre Teoria e Empiria: aplicabilidade metodológica e seus desafios

No âmbito da investigação científica, a relação entre teoria e empiria assume uma centralidade incontornável, sobretudo nas ciências sociais, onde os quadros teóricos orientam a formulação dos problemas de investigação, a construção dos instrumentos analíticos e a interpretação dos dados empíricos. No caso da Teoria da Prática de Pierre Bourdieu, esta relação apresenta-se de forma particularmente exigente e fecunda, na medida em que o seu dispositivo conceptual - estruturado em torno das noções de habitus, campo e capital - foi concebido precisamente para apreender a lógica prática das acções sociais e as dinâmicas de poder que as atravessam. Todavia, a sua operacionalização empírica levanta desafios metodológicos relevantes que exigem uma reflexão crítica e rigorosa. A teoria, enquanto estrutura conceptual, desempenha um papel fundamental na definição das questões de investigação e na orientação da recolha de dados. No quadro bourdieusiano, os conceitos não funcionam como categorias abstractas desligadas da realidade empírica, mas como instrumentos heurísticos destinados a interrogar a génese social das práticas. Assim, a análise do habitus permite investigar de que modo as disposições socialmente incorporadas orientam percepções, escolhas e acções em contextos específicos, enquanto a análise dos campos possibilita a compreensão das relações de força e das estratégias de competição entre agentes socialmente posicionados. Como sublinha Bourdieu:

As práticas são engendradas pela relação dialéctica entre as disposições incorporadas dos agentes e as estruturas objectivas dos campos nos quais essas disposições se actualizam (Bourdieu, 1990, p. 75).

A articulação entre teoria e empiria revela-se, deste modo, essencial para conferir validade científica ao trabalho de investigação e para submeter os conceitos teóricos à prova da realidade social. Os dados empíricos não apenas confirmam ou infirmam pressupostos teóricos, como também podem conduzir ao seu refinamento e reformulação. A aplicação da Teoria da Prática em estudos empíricos contemporâneos, nomeadamente no campo da educação, tem evidenciado a sua capacidade heurística para analisar novas configurações do capital cultural e as suas implicações na mobilidade social. Como demonstram Bourdieu e Passeron:

O sistema de ensino contribui decisivamente para a reprodução das estruturas sociais ao transformar as desigualdades herdadas em desigualdades de mérito, legitimadas sob a aparência da neutralidade escolar (Bourdieu & Passeron, 1970, p. 56).

Do ponto de vista metodológico, os métodos qualitativos assumem uma relevância particular na operacionalização da Teoria da Prática, uma vez que permitem aceder às dimensões incorporadas e práticas da acção social. Técnicas como a entrevista aprofundada, a observação directa e a observação participante possibilitam a apreensão do habitus enquanto sistema de disposições duráveis, bem como a análise das dinâmicas específicas dos campos sociais. Ao mesmo tempo, a combinação de abordagens qualitativas e quantitativas pode proporcionar uma leitura mais abrangente das práticas e das desigualdades sociais, permitindo articular disposições subjectivas e estruturas objectivas. Como refere Crossley:

A conjugação de métodos qualitativos e quantitativos oferece uma via privilegiada para compreender as práticas sociais enquanto processos simultaneamente incorporados e relacionalmente estruturados (Crossley, 2005, p. 134).

Não obstante as suas potencialidades, a aplicação empírica da Teoria da Prática enfrenta obstáculos significativos, decorrentes, em grande medida, da complexidade dos seus conceitos. O habitus, enquanto construto relacional e histórico, apresenta dificuldades evidentes de mensuração directa, exigindo estratégias metodológicas sensíveis às dimensões contextuais, temporais e situacionais das práticas sociais. De igual modo, a delimitação

empírica dos campos e a identificação das diferentes formas de capital requerem um elevado grau de contextualização histórica e social dos dados recolhidos. Como observa Bloomer:

A força explicativa da teoria de Bourdieu reside na sua complexidade relacional, mas essa mesma complexidade constitui um desafio substantivo à sua operacionalização empírica (Bloomer, 2015, p. 90).

Um dos principais desafios metodológicos consiste, assim, na necessidade de adaptar os conceitos bourdieusianos a contextos empíricos diferenciados, sem os desvirtuar nem os aplicar de forma mecânica. A teoria exige uma abordagem flexível e reflexiva, atenta às especificidades dos campos analisados e às trajetórias sociais dos agentes. Neste sentido, a articulação com outras perspectivas teóricas e metodológicas pode revelar-se necessária para superar limitações analíticas e enriquecer a interpretação empírica. Como assinala Swartz:

A utilização da teoria de Bourdieu implica uma sensibilidade contextual que permita captar as variações empíricas dos campos e das formas de capital, evitando aplicações dogmáticas ou reducionistas (Swartz, 2013, p. 52).

Outro desafio fundamental prende-se com a manutenção de um equilíbrio crítico entre orientação teórica e abertura empírica. A teoria deve estruturar a investigação sem bloquear a emergência de novos problemas, dimensões e interpretações suscitadas pelos dados. Bourdieu insiste que a teoria deve funcionar como instrumento de orientação e não como grelha rígida de leitura da realidade social: “A teoria não deve impor-se aos factos, mas permitir que estes interroguem e transformem os próprios instrumentos conceptuais com que são analisados” (Bourdieu, 1990, p. 75). Neste quadro, a reflexividade assume um papel central na metodologia sociológica bourdieusiana. O investigador é chamado a objectivar a sua própria posição social, os seus esquemas de percepção e o seu habitus, de modo a evitar a reprodução acrítica das evidências do senso comum. Como afirma Bourdieu: “O sociólogo deve manter uma distância reflexiva em relação ao objecto de estudo, sob pena de reproduzir, na análise científica, as ilusões e os enganos do senso comum que pretende explicar” (Bourdieu, 2004, p. 119).

A metodologia proposta por Bourdieu encontra-se, assim, intrinsecamente articulada à sua Teoria da Prática, exigindo uma análise simultânea das disposições incorporadas, das

estruturas dos campos e das formas de capital em jogo. A prática social é concebida como um espaço de forças e de estratégias, no qual os agentes mobilizam diferentes capitais para manter ou transformar posições sociais. Como sintetiza o autor: “A prática deve ser compreendida como o produto de um sistema de disposições estruturadas e estruturantes, inscrito num campo de forças onde os agentes lutam pela definição legítima dos recursos e das posições” (Bourdieu, 1977, p. 72).

Em síntese, a relação entre teoria e empiria na Teoria da Prática constitui simultaneamente a sua maior força e o seu principal desafio metodológico. Ao oferecer um quadro analítico robusto para a compreensão das práticas sociais e das dinâmicas de poder, esta teoria exige, contudo, uma aplicação empírica reflexiva, contextualizada e metodologicamente plural, capaz de apreender a complexidade da realidade social contemporânea.

A Dimensão Simbólica do Estado: para além de Weber

A reflexão de Pierre Bourdieu sobre o Estado constitui um alargamento crítico e decisivo da definição clássica proposta por Max Weber, segundo a qual o Estado se caracteriza pelo monopólio do uso legítimo da violência física. Sem negar esta dimensão coerciva, Bourdieu sustenta que o poder estatal se exerce, de forma ainda mais eficaz e duradoura, através da violência simbólica, entendida como uma forma de dominação suave, invisível e socialmente reconhecida, que se impõe com a cumplicidade daqueles sobre os quais incide. O Estado não governa apenas pela força material, mas, sobretudo, pela capacidade de estruturar esquemas de percepção, classificação e avaliação do mundo social. Neste sentido, Bourdieu redefine o Estado como a instância que concentra e monopoliza não apenas a violência física legítima, mas também a violência simbólica legítima. Tal redefinição permite compreender o papel central do Estado na produção e imposição de uma visão legítima da realidade social, naturalizada sob a forma de doxa. Como afirma o autor de modo particularmente esclarecedor:

O Estado é uma entidade X (a ser determinada) que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e simbólica sobre um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente. Essa violência

simbólica exerce-se essencialmente através da imposição de princípios de visão e de divisão do mundo social (Bourdieu, 2014, p. 16).

A violência simbólica distingue-se por operar através do reconhecimento e da aceitação, frequentemente inconsciente, das categorias impostas pelo poder estatal. Estas categorias estruturam o pensamento social e orientam as práticas quotidianas, funcionando como evidências naturais e indiscutíveis. Instituições como a escola, o sistema jurídico, a administração pública e os dispositivos estatísticos desempenham um papel decisivo neste processo, ao inculcarem esquemas de classificação que produzem consenso e legitimidade. O Estado, assim, não se limita a regular a vida social; ele contribui activamente para a produção das próprias categorias através das quais a realidade é percebida e pensada, incluindo a categoria de Estado enquanto instância legítima e necessária.

Bourdieu sublinha que esta capacidade classificatória do Estado resulta de um longo processo histórico de concentração de diferentes espécies de capital - económico, cultural, social e simbólico - que culmina na constituição de um capital específico, o capital estatal. Este capital confere ao Estado um poder singular de coordenação e dominação sobre os diversos campos sociais, permitindo-lhe impor a universalização de interesses particulares como se fossem interesses gerais. A este propósito, o autor afirma:

O mundo social é, em grande parte, obra do Estado, e o Estado, por sua vez, é o produto da concentração de diferentes espécies de capital que conduz à emergência de um capital específico, o capital estatal, que permite ao Estado exercer um poder sobre os diferentes campos e sobre as diferentes espécies de capital (Bourdieu, 2014, p. 460).

Esta leitura revela que o poder do Estado não se esgota na coerção directa, mas se manifesta sobretudo na sua capacidade de produzir consenso, de definir o que é legítimo e de moldar as estruturas cognitivas dos agentes sociais. Ao universalizar o particular, o Estado transforma relações historicamente situadas de dominação em princípios aparentemente neutros e naturais, assegurando, assim, a reprodução da ordem social. A abordagem bourdieusiana permite, deste modo, compreender o Estado como um actor central na configuração simbólica da vida social, cuja eficácia reside precisamente na invisibilidade das formas de poder que exerce.

O Estado como “ponto de vista dos pontos de vista”

A conceptualização do Estado como “ponto de vista dos pontos de vista” constitui um dos núcleos teóricos mais densos da sociologia de Pierre Bourdieu e permite apreender, com particular acuidade, a especificidade do poder simbólico estatal. Nesta perspectiva, o Estado não se reduz a um simples actor inserido no campo social, dotado de interesses próprios e de uma posição relativa entre outras posições concorrentes. Ele afirma-se, antes, como uma instância metassocial que dispõe da capacidade singular de legitimar, ordenar e hierarquizar todos os outros pontos de vista existentes nos diversos campos sociais, assumindo-se como um verdadeiro metacampo dotado de poder estruturante sobre o jurídico, o político, o educativo, o administrativo e o cultural. Ao caracterizar o Estado como o “ponto de vista sobre todos os pontos de vista”, Bourdieu chama a atenção para a sua capacidade de impor princípios de visão e de divisão do mundo social que se apresentam como universais, objectivos e evidentes, ocultando a sua génese histórica e o seu enraizamento em relações de força. Este poder estende-se inclusive aos discursos críticos ou oposicionais, na medida em que estes tendem a mobilizar as categorias cognitivas, jurídicas e administrativas produzidas pelo próprio Estado. Tal dinâmica é explicitada pelo autor nos seguintes termos:

O Estado é essa instância que consegue impor, de forma amplamente reconhecida, os princípios de classificação que estruturam a percepção do mundo social. Ele é o lugar onde se produzem os discursos oficiais, isto é, os discursos que têm vocação para valer para todos, inclusive para aqueles que os contestam, porque se apresentam como expressão do universal, da razão e do interesse geral (Bourdieu, 2014, p. 66-67).

Esta capacidade de produzir o discurso oficial confere ao Estado um poder simbólico de excepcional intensidade, uma vez que lhe permite definir o que deve ser considerado legítimo, pensável e dizível no espaço social. O Estado institui as categorias através das quais os agentes percebem a realidade, avaliam as práticas e constroem juízos sobre si próprios e sobre os outros. Deste modo, o arbitrário histórico que preside à formação dessas categorias é progressivamente naturalizado, convertendo-se em evidência socialmente partilhada.

A eficácia deste processo reside no ajustamento profundo entre as estruturas objectivas do mundo social e as estruturas mentais dos agentes, incorporadas sob a forma de

habitus. Ao produzir consenso cognitivo e simbólico, o Estado assegura a reprodução da ordem social sem necessidade de recorrer permanentemente à coerção física. A dominação exerce-se, assim, de modo suave e invisível, através da adesão prática dos dominados às categorias que fundamentam a sua própria dominação. Esta lógica é sintetizada por Bourdieu numa formulação particularmente esclarecedora:

O poder do Estado é um poder de constituição: poder de fazer existir aquilo que ele nomeia, poder de impor uma visão legítima do mundo social, poder de fazer reconhecer como universal um ponto de vista particular. É por isso que o Estado pode agir como se fosse o detentor do universal, como se fosse o comité central dos interesses universais, quando, na realidade, universaliza um arbitrário historicamente constituído (Bourdieu, 2014, p. 67-68).

Todavia, este poder simbólico apresenta uma ambiguidade estrutural que constitui uma das marcas fundamentais da acção estatal. Por um lado, o Estado desempenha uma função integradora e unificadora, ao produzir um espaço social relativamente homogéneo, instituindo um mercado nacional de bens materiais e simbólicos, codificando uma língua legítima, estabelecendo normas jurídicas universais e promovendo um sentimento de pertença colectiva associado à identidade nacional. Este processo de unificação tende a ser percebido como condição de possibilidade da coesão social e da igualdade formal entre os cidadãos. Por outro lado, esta mesma universalização é inseparável de mecanismos de exclusão, hierarquização e desqualificação simbólica. Ao impor uma cultura legítima, uma língua dominante e um conjunto específico de normas como expressão do universal, o Estado marginaliza sistematicamente outras formas de expressão cultural, outros saberes e outras maneiras de estar no mundo. A universalidade estatal revela-se, assim, profundamente assimétrica, correspondendo à universalização do ponto de vista do grupo dominante, cuja dominação se exerce tanto no plano material como no plano simbólico. É precisamente nesta tensão entre integração e dominação que se revela a força e a complexidade do Estado enquanto “ponto de vista dos pontos de vista” na teoria sociológica de Pierre Bourdieu.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu evidenciar a extraordinária fecundidade teórica e metodológica da produção sociológica de Pierre Bourdieu, em

particular da Teoria da Prática, enquanto instrumento analítico de elevada robustez para a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas. A articulação sistemática entre os conceitos de habitus, campo e capital revelou-se decisiva para a construção de uma abordagem integrada, capaz de apreender, de forma relacional e não reducionista, as interdependências entre estrutura social e acção dos agentes, ultrapassando dicotomias clássicas que marcaram longamente o pensamento sociológico.

A riqueza heurística da Teoria da Prática manifesta-se, desde logo, na sua capacidade de tornar inteligível o modo como as disposições socialmente incorporadas e as diferentes formas de capital estruturam as práticas, ao mesmo tempo que são continuamente reconfiguradas por elas. Esta perspectiva permite uma leitura densa das estratégias de concorrência, das lógicas de distinção e das relações de poder que atravessam os mais diversos campos sociais, desde o político e o educativo até ao cultural e ao religioso. Ao recusar explicações simplistas ou meramente intencionalistas, a teoria bourdieusiana oferece um quadro analítico particularmente fecundo para compreender a persistência e a transformação das desigualdades sociais.

No plano das funcionalidades analíticas, o legado conceptual de Bourdieu distingue-se pela sua rara capacidade de articular categorias teóricas abstractas com uma exigente prática de investigação empírica. Habitus, campo e capital não funcionam como conceitos isolados ou meramente descritivos, mas como instrumentos operatórios que permitem desvelar as forças invisíveis que orientam as práticas sociais e estruturam as trajectórias dos agentes. Em particular, a análise da conversão e da circulação das diferentes espécies de capital evidencia aquilo que o próprio Bourdieu metaforiza como uma verdadeira “alquimia social”, através da qual recursos económicos, culturais, sociais e simbólicos são mobilizados para conquistar, manter ou legitimar posições de poder. A centralidade do poder simbólico constitui outro dos contributos decisivos desta teoria, ao permitir compreender como a dominação se exerce de forma subtil, naturalizada e amplamente aceite. A sociologia bourdieusiana assume, neste sentido, uma função crítica fundamental: desmistificar os discursos que apresentam o privilégio como dom natural, mérito individual ou destino legítimo. Ao revelar os mecanismos de violência simbólica operantes na escola, nos media, nas instituições culturais e no próprio discurso do Estado, a Teoria da Prática contribui para a desnaturalização das hierarquias sociais e para a denúncia das estratégias de legitimação da desigualdade. Neste quadro, o Estado emerge como um elemento central da análise, não apenas enquanto aparato

administrativo ou detentor do monopólio da violência física legítima, mas sobretudo como instância suprema de concentração do capital simbólico. Enquanto metacampo ou campo do poder, o Estado dispõe de um metacapital específico que lhe permite regular as relações entre os diferentes campos e definir as “taxas de conversão” entre as diversas formas de capital. Funciona, assim, como um verdadeiro “banco central de capital simbólico”, capaz de legitimar, hierarquizar e redistribuir reconhecimento, autoridade e prestígio. A dominação estatal funda-se primordialmente na violência simbólica, exercida com a cumplicidade tácita dos próprios dominados, na medida em que as estruturas mentais incorporadas sob a forma de *habitus* se encontram ajustadas às estruturas objectivas da ordem social. Ao impor uma doxa amplamente partilhada, o Estado transforma o arbitrário histórico em evidência natural, fazendo com que a obediência se apresente não apenas como submissão, mas como reconhecimento legítimo da ordem instituída. Deste modo, a reprodução social assegura-se de forma durável, através de instituições como a escola, que convertem privilégios herdados em méritos aparentemente individuais.

Em síntese, a Teoria da Prática de Pierre Bourdieu revela que o Estado moderno constitui o pilar central da dominação social precisamente porque actua como arquitecto invisível das estruturas objectivas e subjectivas que organizam o mundo social. A sua autoridade reside menos na coerção directa e mais na capacidade de moldar as categorias de pensamento através das quais os agentes percebem, avaliam e legitimam a realidade. É neste sentido que a Teoria da Prática se afirma como um instrumento analítico arrojado e indispensável para a compreensão de uma dominação de natureza simultaneamente camuflada e extrovertida. A sua permanente actualidade reside, por fim, na possibilidade que oferece de sustentar projectos críticos orientados para a igualdade, a justiça social e a emancipação, reafirmando o papel da sociologia como ciência de desvelamento e de desnaturalização do poder.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. (1972). *Esquisse d’une théorie de la pratique*. Droz.

BOURDIEU, P. (1977). *Outline of a theory of practice*. Cambridge University Press.

BOURDIEU, P. (1979). **La distinction: Critique sociale du jugement**. Les Éditions de Minuit.

BOURDIEU, P. (1984). **Distinction: A social critique of the judgement of taste**. Harvard University Press.

BOURDIEU, P. (1986). **The forms of capital**. In J. G. Richardson (Ed.), *Handbook of theory and research for the sociology of education* (pp. 241–258). Greenwood Press.

BOURDIEU, P. (1987). **Genèse et structure du champ religieux**. *Revue française de sociologie*, 28(3), 295–334.

BOURDIEU, P. (1990). **The logic of practice**. Stanford University Press.

BOURDIEU, P. (2004). **Science of science and reflexivity**. University of Chicago Press.

BOURDIEU, P. (2014). **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989–1992)**. Companhia das Letras.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. (1970). **La reproduction: Éléments pour une théorie du système d'enseignement**. Les Éditions de Minuit.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. (1992). **An invitation to reflexive sociology**. University of Chicago Press.

CROSSLEY, N. (2001). **The social body: Habit, identity and desire**. Sage.

EREL, U. (2010). **Migrant women transforming citizenship: Belonging, rights and civic practices**. *European Journal of Women's Studies*, 17(4), 635–651.

GARCÍA INDA, A. (2005). **El Estado como campo social: La noción de Estado en Pierre Bourdieu**. *Foro: Revista de ciencias jurídicas y sociales*, (1), 391–417.

GRENFELL, M. (2007). **Pierre Bourdieu: Key concepts**. Routledge.

SWARTZ, D. (2013). **Symbolic power, politics, and intellectuals: The political sociology of Pierre Bourdieu**. University of Chicago Press.